

São Paulo, 04 de junho de 2020

## **Carta Aberta ao Reitor em defesa da preservação da vida**

A pandemia avança no Brasil em proporções alarmantes. Atingimos no dia 03 de junho, em números oficiais, aproximadamente 584 mil casos de contágio e mais de 32 mil mortes. Levando em consideração a subnotificação, fruto da falta de testagem em massa, o grupo de trabalho Covid-19 Brasil estima que os casos reais estão entre 4 milhões e meio a 6 milhões e meio. A situação no Estado de São Paulo não é menos preocupante. Embora a política de isolamento social adotada no estado, ainda que bastante parcial, tenha conseguido diminuir a velocidade dos contágios, evitando por ora o colapso do sistema de saúde, não foi ainda suficiente para provocar uma desaceleração consistente.

Diante desse quadro, causa-nos grande preocupação a iniciativa do governador João Dória em iniciar o relaxamento da quarentena, na contramão de qualquer orientação científica. A própria evolução dos acontecimentos torna nítido que o governador se orientou pelas pressões de grupos econômicos, e não pelos indicadores e pelas recomendações dos infectologistas. Afinal, há duas semanas o governo apontava que o índice de isolamento era baixo, o que levou, inclusive, a medidas como antecipação do feriado de 9 de julho em todo estado e, no caso do município de São Paulo, de outros feriados também. O governador sinalizava, inclusive, com a possibilidade de lockdown, caso a situação se mantivesse como estava. E, repentinamente, sem nenhuma evidência de que o quadro da evolução da doença entrou em reversão significativa, anuncia um plano de reabertura absolutamente irresponsável. De acordo com nota técnica emitida pelos grupos Ação Covid 19 e Covid-19 Brasil, formados por pesquisadores de diversas universidades, incluindo da USP, *“com o número de casos ainda em ascensão, sem uma clara política de testagem, com uma clara expansão do contágio das grandes metrópoles para o interior do estado e com um número ainda alarmante de ocupação de leitos, a redução prematura do isolamento social pode ter graves consequências. Conclui-se ainda que o esforço de 3 meses de isolamento pode retroceder em apenas uma semana, gerando o caos no sistema de saúde que já se encontra atualmente próximo do seu limite.”*

Diante disso, entendemos que a universidade não pode adotar o mesmo caminho de negação das evidências para favorecer grupos econômicos, e que a preservação da vida da sua comunidade, o que inclui estudantes, professora(e)s e funcionária(o)s, efetivos e terceirizados, deve ser a prioridade. No sétimo comunicado do reitor à comunidade, há uma referência à exposição feita pelo professor Dimas Covas, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, na reunião com dirigentes da USP, na qual aponta, em resumo, que a situação da pandemia no estado ainda estava no meio da crise, não atingido o pico da epidemia. Isto só reforça a necessidade de manutenção do isolamento

# Adusp



social, como medida mais eficaz para achatar a curva de contaminação e, por essa via, preservar a vida.

Manifestamos nessa carta aberta, em primeiro lugar, a solicitação de que a reitoria mantenha a quarentena, e que esta seja garantida também às/aos terceirizada(o)s e funcionária(o)s de grupos de risco dos serviços essenciais. Qualquer iniciativa de abertura, ainda que parcial, representaria um grave equívoco, e tornaria a reitoria cúmplice do aumento de contágios e eventuais mortes dos membros da comunidade universitária. Nossa preocupação se justifica pela experiência negativa que tivemos no início da pandemia, em que a reitoria estabeleceu uma diferenciação entre docentes e estudantes, por um lado, e funcionária(o)s administrativa(o)s, por outro, mantendo as atividades administrativas mesmo quando o próprio governo do estado havia dispensado o restante do funcionalismo, o que representou uma temerária exposição de milhares de pessoas aos riscos de contaminação, em um momento em que a região da USP capital era o epicentro do vírus na cidade de São Paulo. Esperamos que tal equívoco não se repita agora.

Em segundo lugar, consideramos que é necessário garantir a manutenção dos empregos da(o)s trabalhadora(e)s terceirizada(o)s da universidade. A orientação da reitoria para que as unidades revejam os contratos de serviços já implicou em várias demissões de trabalhadora(e)s, ou suspensão de contratos com respectiva perda salarial. Não é possível preservar a vida da comunidade universitária expondo uma parte dela, justamente a mais vulnerável, ao desemprego. É necessário que a reitoria tenha uma política de manutenção dos contratos com garantia de manutenção dos empregos, e que a quarentena seja garantida também a essa(e)s trabalhadora(e)s. Já tivemos duas mortes de trabalhadores terceirizados da universidade que, mesmo sendo do grupo de risco, seguiram trabalhando. A reitoria precisa reverter esse descaso com a vida da(o)s funcionária(o)s terceirizada(o)s imediatamente!

E, por fim, solicitamos que a reitoria receba os sindicatos, tanto de docentes quanto de funcionária(o)s, para discutirmos esses temas, bem como outros ainda pendentes, como a situação do HU. Desde o início da pandemia solicitamos reuniões que foram totalmente ignoradas, com o falso argumento de que as questões de enfrentamento à pandemia seriam técnicas, e não políticas. Está cada vez mais nítido que várias das decisões são políticas, e o mínimo que esperamos é que as entidades sejam respeitadas nesse momento. Entendemos que qualquer iniciativa de abertura, bem como as discussões sobre a manutenção do ano letivo devem ser debatidas com as entidades representativas de funcionária(o)s, docentes e estudantes.

Atenciosamente,

**Diretoria da Adusp**

**Diretoria do Sintusp**